

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.571 - DF (2019/0272891-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **D B DE M**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - CURADOR ESPECIAL**  
**AGRAVADO** : **A C P DE M (MENOR)**  
**REPR. POR** : **M P DOS S**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CITAÇÃO POR EDITAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. AUSÊNCIA. JULGADO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. CONCLUSÃO NO SENTIDO DO EXAURIMENTO DAS TENTATIVAS DE LOCALIZAÇÃO DO ENDEREÇO DO RÉU. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por D. B. DE M., com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, no qual se insurgiu contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado (e-STJ, fl. 167):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NULIDADE DA CITAÇÃO EDITALÍCIA. INOCORRÊNCIA. DESNECESSIDADE ESGOTAMENTO ABSOLUTO DE TODOS OS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DA PARTE. PESQUISAS A BANCOS DE DADOS OFICIAIS. REGULARIDADE.

1. Verificada que a tentativa de penhora restou infrutífera, resta prejudicado o recurso na parte que impugna o deferimento da medida constritiva.
2. A citação por edital é válida quando frustradas diversas tentativas de localização do requerido, inclusive os constantes nos cadastros públicos.
3. O deferimento da citação por edital não pressupõe o esgotamento absoluto de todos os meios possíveis para a localização do réu, bastando que seja comprovada nos autos a efetiva tentativa de localização e que seja demonstrado que ele se encontra em local incerto ou ignorado.

4. Recurso parcialmente conhecido e improvido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 181-187).

No recurso especial, o recorrente apontou violação dos arts. 256, § 3º, e 1.022 do novo Código de Processo Civil.

Esclareceu que se opôs ao acórdão que rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença de alimentos e considerou válida a sua citação por edital.

Afirmou haver pontos omissos no acórdão, não sanados mesmo após o julgamento dos embargos de declaração. Defendeu que estaria caracterizada a nulidade da citação editalícia, pois não teriam sido requisitadas informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou concessionárias de serviços públicos, logo, inexistiu o esgotamento das tentativas de sua localização para a citação pessoal, requisito indispensável para o uso da citação por edital (e-STJ, fls. 189-196).

Nas razões do agravo, a parte agravante impugna os fundamentos da decisão denegatória do recurso, reiterando, no mais, as razões do mérito recursal (e-STJ, fls. 215-220).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 225-230).

Brevemente relatado, decido.

Não há nenhuma omissão ou mesmo contradição a ser sanada no julgamento estadual, portanto inexistentes os requisitos para reconhecimento de ofensa ao art. 1.022 do novo CPC.

O acórdão dirimiu a controvérsia com base em fundamentação sólida, sem tais vícios, o que não se confunde com omissão ou contradição, tendo em vista que apenas resolveu a celeuma em sentido contrário ao postulado pela parte insurgente. Ademais, o órgão julgador não está obrigado a responder a questionamentos das partes, mas apenas a declinar as razões de seu convencimento motivado, como de fato ocorre nos autos.

O *decisum* proferido no julgamento do agravo de instrumento firmou que foram exauridas as tentativas de localização do réu. Constatou que a primeira instância, após não lograr encontrar o insurgente no endereço de conhecimento da exequente/agravada, diligenciou em diversos órgãos públicos a fim de localizar o endereço do ora recorrente, todavia, ele não foi encontrado em nenhum dos locais informados, razão por que foi deferida

a citação editalícia.

Veja-se (e-STJ, fls. 168-170):

Inicialmente, conforme destacado na decisão que recebeu o recurso, verifica-se que a ordem de penhora de valores de PIS e FGTS restou infrutífera, conforme resposta da Caixa Econômica Federal (ID Num. 7786335 - Pág. 73), o que revela, inclusive, que referida questão restou prejudicada.

[...]

A controvérsia do presente recurso se restringe em saber se os requisitos para a realização de citação por edital foram preenchidos.

Compulsando os autos, observo que após a tentativa frustrada da citação do executado/agravante no endereço de conhecimento da exequente/agravada (diligência de ID 7786335 – p.26), foram realizadas

consultas aos sistemas disponíveis ao Judiciário para localização de endereço do executado, tais como Bacenjud, Siel, Renajud e Receita Federal (ID 7786335 - p.29).

Expedidos mandados para os endereços completos não diligenciados, a citação restou infrutífera (ID 7786335 – p.42), tendo a parte requerido a citação por edital, que foi deferida pela decisão ID 7786335 – p. 45, nos seguintes termos:

[...]

Não se desconhece que a citação por edital representa medida extraordinária, devendo preceder providências exaurientes voltadas à localização do demandado.

Com efeito, para proceder à citação por edital, não é necessário o esgotamento absoluto de todos os meios possíveis de localização da parte demandada, sendo correto o deferimento da citação por edital, após a realização de várias diligências infrutíferas na tentativa de localização da ré. Assim, verifica-se que o juízo *a quo*, agiu de acordo com os termos do art. 256 do CPC.

[...]

Portanto, como foram realizadas as pesquisas aos bancos de dados disponíveis pelo Juízo *a quo* as quais, contudo, não restaram frutíferas, patente a conclusão de estarem esgotados os meios da localização do executado, como na hipótese, o que autoriza a citação por edital.

Dessa forma, a citação via edital atendeu aos critérios eleitos pelo legislador (artigos 256 e 257, do CPC) não havendo nulidade a ser declarada.

Destarte, a conclusão no sentido do exaurimento das buscas de endereços do réu, com o consequente cabimento da citação por edital, foi fundada na apreciação fático-probatória da causa (Súmula 7/STJ), razão por que se mostra incabível o conhecimento do presente recurso.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator